

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2017

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA
Morada	PRAÇA MARQUÊS MARIALVA
Código postal	3060-133
Localidade	Cantanhede

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	503912352
Classificação de actividade económica (CAE)	66290
Conservatória	
Capital social	55000

**Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

Vem o órgão de gestão da entidade PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA, em harmonia com o disposto nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, apresentar aos Exmos sócios o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, o Mapa dos Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo.

**1. Evolução da actividade da empresa**

A entidade tem vindo a desenvolver a sua actividade com normalidade, pelo que os seus objectivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

**1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:**

GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	0,00	0,00	0.00%
Fornecimentos e serviços externos	1 278 105,76	0,00	1 278 105,76	100.00%
Gastos com o pessoal	347 829,43	0,00	347 829,43	100.00%
Gastos de depreciação e de amortização	41 820,58	0,00	41 820,58	100.00%
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0.00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0.00%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0.00%
Outros gastos e perdas	56 033,18	0,00	56 033,18	100.00%
Gastos e perdas de financiamento	31 151,10	0,00	31 151,10	100.00%
<b>TOTAL</b>	<b>1 754 940,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1 754 940,05</b>	<b>100.00%</b>

**1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:**

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA

RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Vendas	0,00	0,00	0,00	0.00%
Prestações de serviços	1 840 010,24	0,00	1 840 010,24	100.00%
Variações nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0.00%
Subsídios à exploração	1 296,00	0,00	1 296,00	100.00%
Reversões	0,00	0,00	0,00	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0.00%
Outros rendimentos e ganhos	4 456,41	0,00	4 456,41	100.00%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	33,26	0,00	33,26	100.00%

**1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:**

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA

RESULTADOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	163 794,28	0,00	163 794,28	100,00%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	121 973,70	0,00	121 973,70	100,00%
Resultado financeiro	-31 117,84	0,00	-31 117,84	#DIV/0!
Resultado antes de impostos	90 855,86	0,00	90 855,86	100,00%
Imposto sobre o rendimento do período	44 382,61	0,00	44 382,61	100,00%

**1.4. A entidade verificou a seguinte evolução do capital próprio:**

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA

CAPITAL PRÓPRIO	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Capital realizado	55 000,00	55 000,00	0,00	0,00%
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00%
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00%
Reservas legais	260 098,68	255 809,22	4 289,46	1,68%
Outras reservas	1 028 162,00	1 028 162,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	237 973,40	163 442,12	74 531,28	45,60%
Ajustamentos em activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras variações no capital próprio	36,00	36,00	0,00	0,00%

**2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício**

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

**3. Evolução previsível da actividade**

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

#### 4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

A evolução esperada pela gerência mantém-se na senda da verificada anteriormente.

##### 4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Capital próprio	0,49	
Endividamento global	Activo total / Passivo total	3,04	
Solvabilidade	Capital próprio / Passivo total	2,03	
Solvabilidade total	Activo total / Passivo total	3,04	
Autonomia financeira	Capital próprio / Activo	0,67	

##### 4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Liquidez geral	Activo corrente / Passivo corrente	1,58	
Liquidez reduzida	(Activo corrente - inventários - activos biológicos - activos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	1,58	
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	0,78	

#### 5. Prestação do Serviço de Mediação de Seguros ou de Resseguros

Efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº15/2009-R, de 30 de Dez.

**Prestação de Serviços de Mediação de Seguros ou de Resseguros para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº15/2009-R de 30 de Dez.**

##### a) Políticas Contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Portinsurance – Consultores de Seguros, Lda., reconhece a remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra, embora admita exceções no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas às empresas de seguros.

##### b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo:

REMUNERAÇÕES POR NATUREZA	31-12-2017	31-12-2016
Numerário	1 840 010.24€	1 302 660.80€
Espécie		
<b>TOTAL:</b>	<b>1 840 010.24€</b>	<b>1 302 660.80€</b>

<b>REMUNERAÇÕES POR TIPO</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Comissões	1 840 010.24	1 291 699.45€
Honorários		
Outras Remunerações	5 785.67€	10 961.35€
<b>TOTAL:</b>	<b>1 845 795.91€</b>	<b>1 302 660.80€</b>

(Valores em Euros)

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo “Vida” e “Não Vida”, e por origem:

A desagregação foi a seguinte:

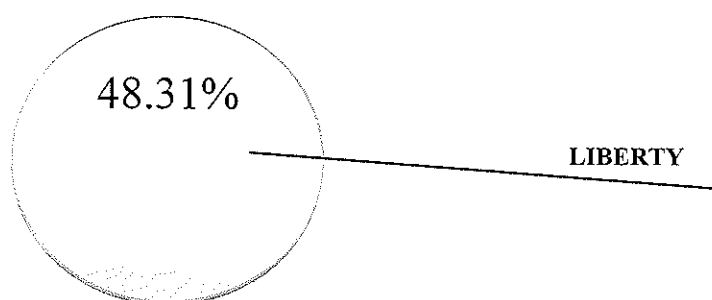
<b>REMUNERAÇÕES POR RAMO</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Não Vida	1 793 116.44€	1 223.951.35€
Vida	46 893.80€	37 748.10€
<b>TOTAL:</b>	<b>1 840 010.24€</b>	<b>1 291 699.45€</b>

<b>REMUNERAÇÕES POR ORIGEM</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Empresas de Seguros	1 812 930.99€	1 265 344.44€
Outros Mediadores	27 079.25€	26 355.01€
Clientes		
<b>TOTAL:</b>	<b>1 840 010.24€</b>	<b>1 291 699.14€</b>

(Valores em Euros)

d) Níveis de concentração, iguais ou superiores a 25%, das remunerações auferidas pela carteira:

O total de remunerações, iguais ou superiores a 25%, apenas se verificou relativamente à seguinte empresa de seguros:



## e) Contas a receber e a pagar desagregada por origem:

SALDO CONTABILISTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCICIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-2017		31-12-2016	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Tomadores de Seguro, Segurados ou Beneficiários				
Empresas de Seguros	78 205.25€	37 716.98€	235 965.60€	159 293.81€
Empresas de Resseguros				
Outros	144 724.82€	600.48€	36 208.17€	36 208.17€
<b>TOTAL</b> (Valores em Euros)	<b>222 930.07€</b>	<b>38 317.46€</b>	<b>272 173.77€</b>	<b>200 095.79€</b>

## f) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar:

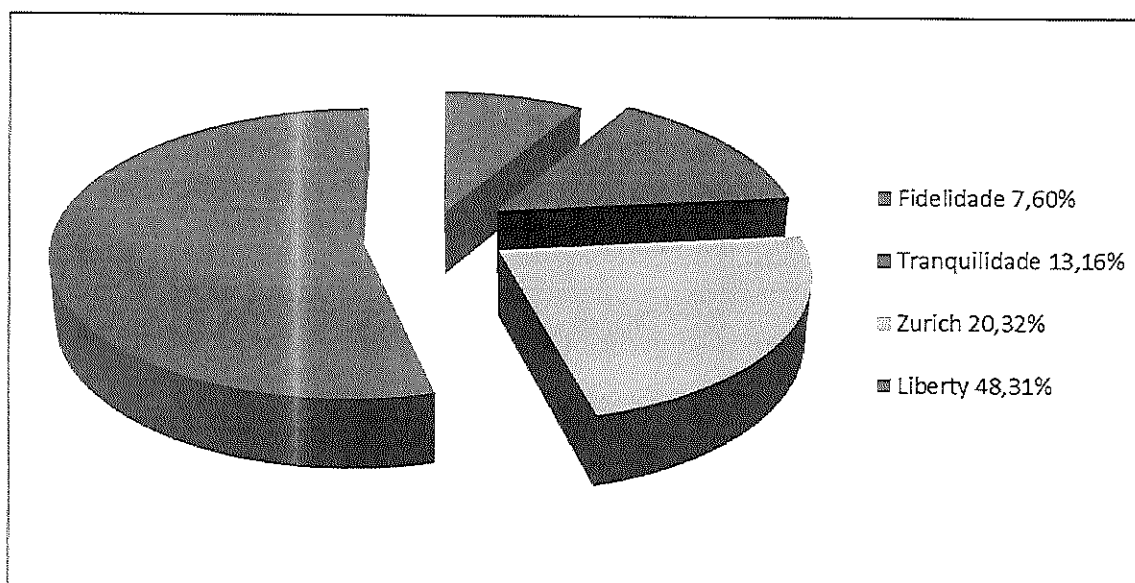
SALDO CONTABILISTICO EXISTENTE NO FINAL DO EXERCICIO POR ENTIDADE (ORIGEM)	31-12-2017		31-12-2016	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Por Natureza				
<b>TOTAL</b> (Valores em Euros)	<b>222 930.07€</b>	<b>38 317.46€</b>	<b>272 173.77€</b>	<b>200 095.79€</b>

## g) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito:

Sem aplicação durante este exercício

	31-12-2017		31-12-2016	
	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR	CONTAS A RECEBER	CONTAS A PAGAR
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.				
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro.				
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguros, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros) no caso da atividade de mediação de resseguros.				
Fundos em cobrança às empresas de seguros que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro.				
Remunerações respeitantes a prémios de seguros já cobrados e por cobrar.	78 205.25€	37 716.98€	235 965.60€	159 293.81€
Outras quantias. (Valores em Euros)	144 724.82€	600.48€	36 208.17€	36 208.17€

- h) Transmissões de carteiras de seguros:  
Neste exercício não se efetuou nenhuma transmissão de carteira.
- i) Contratos cessados com empresas e indemnizações de clientela:  
Sem aplicação durante este exercício.
- j) Natureza das obrigações materiais, incluindo passivos contingentes:  
Sem aplicação durante este exercício.
- k) Empresas de Seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representam, cada uma pelo menos 5% do total das remunerações:



- l) Outras quantias com indicação da sua natureza:

Não existem outras quantias a mencionar

#### 5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

#### 6. Número e valor nominal das quotas /ações próprias adquiridas e/ou alienadas no exercício, o motivo desses actos e o respectivo preço, bem como das detidas no final do exercício

Tal como, se verificou no quadro da evolução do capital próprio, a organização não detém quotas próprias.

**7. Existência de negócios entre a sociedade e os seus gerentes/administradores, ao abrigo do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais**

Não existem negócios deste tipo entre a sociedade e os seus legais representantes.

**8. A existência de sucursais da sociedade**

A sociedade detém várias sucursais em território nacional.

**9. Proposta de aplicação de resultados**

A gerência propõe que o lucro líquido do exercício no valor de 46473,25 euros, seja concretizado em resultados transitados, em reservas legais até aos limites mínimos exigidos e o remanescente valor em outras reservas.

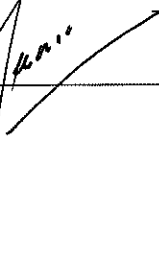
**10. Agradecimentos**

A gerência aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Cantanhede, 31 Março 2018

Órgão de Gestão

Daniel Tabanez



---



# ANEXO

## 2017

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA
Morada	PRAÇA MARQUÊS MARIALVA
Código postal	3060-133
Localidade	Cantanhede

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	503912352
Classificação de actividade económica (CAE)	66290
Conservatória	
Capital social	55000

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

1

*Adriano Tabanez*

## ÍNDICE DO ANEXO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO .....	3
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	3
3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA.....	3
4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS .....	3
5 - FLUXOS DE CAIXA.....	9
6 - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS .....	9
7 - ATIVOS INTANGÍVEIS .....	9
8 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	10
10 - LOCAÇÕES .....	10
11 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS .....	11
12 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO .....	11
13 - IMPARIDADE DE ATIVOS .....	11
14 - RÉDITO.....	11
15 – CLIENTES .....	11
16 - FORNECEDORES E OUTROS DEVEDORES E CREDORES .....	11
17 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	12
18 - RESULTADOS FINANCEIROS.....	12
19 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS .....	13
20 - GASTOS COM PESSOAL .....	14
21 - OUTROS GASTOS E PERDAS.....	14
22 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO .....	14
23 - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO .....	14
24 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	15
25 - MATÉRIAS AMBIENTAIS .....	15
26 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	15
27 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS .....	15
28 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	15
29 - EVENTOS SUBSEQUENTES .....	15
30 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	15
31 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	15

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

*Adriano Tabanez*

2

**PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA****Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais  
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

**1 - Identificação da entidade e período de relato**

- 1.1 Designação da entidade: PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA
- 1.2 Sede: Praça Marquês Marialva - Cantanhede
- 1.3 Natureza da atividade: Mediação Seguros.
- 1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

**2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da empresa, foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

**2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras**

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

**3 - Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória**

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de Janeiro de 2009).

**4 - Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

**4.1. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras de PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

Adriano Tabanez

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

#### 4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

#### 4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

4

*Adriano Tabanez*

#### 4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

#### 4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

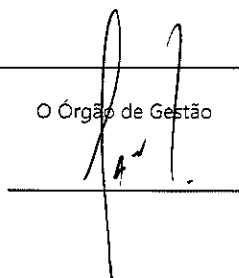
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

Adriano Tabarez

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

#### 4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria até ao montante de 15.000,00 e 21% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

#### 4.7. Inventários

A empresa não tem inventários.

#### 4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

#### 4.9. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

#### 4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

#### 4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

#### 4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

6

*Adriano Tabarez*

#### 4.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

#### 4.14. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

#### 4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

#### 4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

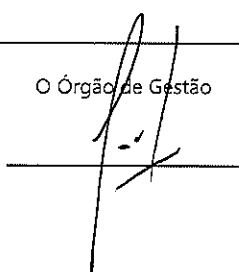
Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

#### 4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

*Adriano Tabarez*

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

#### 4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

#### 4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

#### 4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

8

*Adriano Tabarez*



**5 - Fluxos de caixa**

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	2 200,14	936
Depósitos à ordem	182 511,75	43 834
Outros depósitos bancários	33 000,00	-
Outros instrumentos financeiros	1 450,00	1 450
<b>Total</b>	<b>219 161,89</b>	<b>46 221</b>

**6 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros**

6.1 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.2 - Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

**7 - Ativos intangíveis**

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

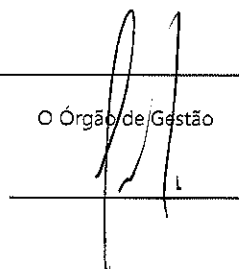
RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Ativos Intangíveis-Programas Software	3

O método de amortização usado é o das quotas constantes.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2017:

Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	1 823 086,34	0,00	0,00	0,00	1 823 086,34
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>1 823 086,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 823 086,34</b>
Total de amortizações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>1 823 086,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 823 086,34</b>

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

*Adriano Tabanez*

**8 - Ativos fixos tangíveis**

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2017:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1-jan-17	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31-dez-17
<b>Ativo bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	0	-	-	-
Edifícios e outras construções	242 473	0	-	-	242 473
Equipamento básico	-	0	-	-	-
Equipamento de transporte	35 150	66 000	-	-	101 150
Equipamento administrativo	50 758	3 481	-	-	54 239
Equipamento biológico	-	0	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	18 625	1 576	-	-	20 201
Investimentos em curso	-	0	-	-	-
<b>Total do ativo bruto</b>	<b>347 006</b>	<b>71 057</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>418 063</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(150 129)	(20 937)	-	-	(171 066)
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	(31 400)	(18 375)	-	-	(49 775)
Equipamento administrativo	(49 869)	(933)	-	-	(50 802)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(7 596)	(1 576)	(1 576)	-	(10 747)
<b>Total de depreciações acumuladas</b>	<b>(238 994)</b>	<b>(41 821)</b>	<b>(1 576)</b>	<b>-</b>	<b>(282 390)</b>
<b>Total de perdas por imparidade</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo líquido</b>	<b>108 013</b>	<b>29 236</b>	<b>(1 576)</b>	<b>-</b>	<b>135 673</b>

**9 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas**

Não aplicável.

**10 - Locações**

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

LOCAÇÕES	31-dez-17		31-dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	59 416	-	-	3 661

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições imposta.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

*Adriano Tabanez*

**11 - Financiamentos obtidos**

Em 31 de Dezembro de 2017 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-17		31-dez-16	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	459 669	3 311	-	362 179
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	59 416	-	-	3 661
Outros empréstimos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>519 085</b>	<b>3 311</b>	<b>-</b>	<b>365 839</b>

**12 - Propriedades de investimento**

Não aplicável.

**13 - Imparidade de ativos**

Não existem Imparidade.

**14 - Rédito**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços do período de 2017.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31-dez-17	31-dez-16
Vendas de Mercadorias	0,00	-
Vendas de Produtos Acabados	0,00	-
Prestação de Serviços	1 840 010,24	-
<b>Total:</b>	<b>1 840 010,24</b>	<b>-</b>

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA		
VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31-dez-17	31-dez-16
Nacional	1 291 699,45	-
União Europeia	0,00	-
Países Terceiros	0,00	-

**15 - Clientes**

Não existem dívidas de Clientes.

**16 - Fornecedores e outros devedores e credores**

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2017 apresenta a seguinte decomposição:

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA		
FORNECEDORES	31-dez-17	31-dez-16
Fornecedores conta corrente	11 210,65	2 058
Fornecedores títulos a pagar	0,00	-
Fornecedores confirming e outros	0,00	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	0,00	-
<b>Total</b>	<b>11 210,65</b>	<b>2 058</b>

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

11

*Adriano Tabarez*

## PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31-dez-17	31-dez-16
<b>A RECEBER</b>	<b>145 004,82</b>	<b>272 174</b>
Fornecedores - Devedores	280,00	-
Devedores de remunerações a pagar	0,00	-
Devedores de outras contas de pessoal	0,00	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	0,00	-
Devedores de fornecedores de investimentos	0,00	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	0,00	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	-
Outros devedores	144 724,82	272 174
Perdas por imparidades acumuladas	0,00	-
<b>A PAGAR</b>	<b>-89 991,01</b>	<b>(200 096)</b>
Clientes - Credores	0,00	-
Remunerações a pagar	-7 321,97	(2 711)
Outras contas de pessoal	0,00	-
Fornecedores de investimentos	0,00	-
Credores por acréscimos de gastos	-44 352,06	(38 091)

## 17 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

Outros impostos e taxas	0,00	-
<b>Passivo</b>	<b>-73 572,95</b>	<b>(43 336)</b>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-17 896,07	(32 864)
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-47 445,99	(4 733)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	-
Segurança social	-8 230,89	(5 738)
Outros impostos e taxas	0,00	-

## 18 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" do período de 2017:

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA	31-dez-17	31-dez-16
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>		
Juros e rendimentos similares obtidos	33,26	-
Juros obtidos	33,26	-
Dividendos obtidos	0,00	-
Outros rendimentos similares	0,00	-
Juros e gastos similares suportados	-31 151,10	-
Juros suportados	-14 348,99	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-2 196,51	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-14 605,60	-

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

12

Adriano Tabarez

**19 - Fornecimentos e serviços externos**

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos no período findo a 31 de Dezembro de 2017:

<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>	<b>31-dez-17</b>	<b>31-dez-16</b>
Subcontratos	123	-
<b>Serviços especializados</b>	<b>844 673,76</b>	-
Trabalhos especializados	4 865,84	-
Publicidade e propaganda	11 693,38	-
Vigilância e segurança	295,20	-
Honorários	3 337,93	-
Comissões	817 785,34	-
Conservação e reparação	6 696,07	-
Outros	0,00	-
<b>Materiais</b>	<b>6 396,31</b>	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 762,60	-
Livros e documentação técnica	0,00	-
Material de escritório	3 889,89	-
Artigos para oferta	743,82	-
Outros	0,00	-
<b>Energia e fluidos</b>	<b>27 837,96</b>	-
Electricidade	7 803,24	-
Combustíveis	19 365,28	-
Água	669,44	-
Outros	0,00	-
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>259 154,71</b>	-
Deslocações e estadas	259 154,71	-
Transportes de pessoal	0,00	-
Transportes de mercadorias	0,00	-
Outros	0,00	-
<b>Serviços diversos</b>	<b>139 920,02</b>	-
Rendas e alugueres	55 752,60	-
Comunicação	22 867,28	-
Seguros	1 809,11	-
Royalties	0,00	-
Contencioso e notariado	25,00	-
Despesas de representação	45 790,81	-
Limpeza, higiene e conforto	2 072,92	-
Outros serviços	11 602,30	-
<b>Total</b>	<b>1 278 105,76</b>	-

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

13

*Adriano Tabanez*

**20 - Gastos com pessoal**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal do período de 2017:

GASTOS COM PESSOAL	31-dez-17	31-dez-16
Remunerações dos órgãos sociais	-61 513,20	-
Remunerações do pessoal	-222 584,36	-
Benefícios pós-emprego	0,00	-
Indemnizações	0,00	-
Encargos sobre remunerações	-55 114,01	-
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-2 639,44	-
Gastos de ação social	0,00	-
Outros gastos com o pessoal	-5 978,42	-
<b>Total</b>	<b>-347 829,43</b>	<b>-</b>

**21 - Outros gastos e perdas**

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados no exercício findos a 31 de Dezembro de 2017:

PORTINSURANCE - CONSULTORES SEGUROS, LDA		
OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	41 848,37	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	-
Dívidas incobráveis	0,00	-
Perdas em inventários	0,00	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	2 500,00	-
Correções relativas a períodos anteriores	5 750,11	-
Donativos	2 785,59	-
Quotizações	510,00	-
Ofertas e amostras de inventários	0,00	-
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	-
Outros gastos e perdas não especificados	2 639,11	-

**22 - Gastos / Reversões de depreciação e amortização**

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização do período de 2017:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Propriedades de investimento	0,00	-
Ativos fixos tangíveis	-41 820,58	-
Ativos intangíveis	0,00	-
Reversões	0,00	-
<b>Total</b>	<b>-41 820,58</b>	<b>-</b>

**23 - Efeitos de alterações em taxas de câmbio**

Não aplicável.

O Órgão de Gestão

O Contabilista Certificado

14

*Adriano Tabarez*

**24 - Acontecimentos após a data do balanço**

Não aplicável.

**25 - Matérias ambientais**

Não aplicável.

**26 - Instrumentos financeiros**

Não aplicável.

**27 - Benefícios dos empregados**

Não aplicável.

**28 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

**29 - Eventos subsequentes**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

**30 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

**31 - Informações exigidas por diplomas legais**

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

*Adriano Tabanez*

